

GRAU DE INSTRUÇÃO E PRETENSÃO DE ESTUDO DE POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DO CEARÁ

Tamires Feitosa de Lima ¹
Chiara Lubich Medeiros de Figueiredo ²
Raimunda Hermelinda Maia Macena ³

INTRODUÇÃO

A formação inicial dos integrantes da polícia possibilita instrução profissional das forças de segurança pública, tendo como objetivo o desenvolvimento e aprimoramento da aprendizagem dos futuros policiais militares, buscando sua mais abrangente e perfeita formação técnico-profissional. Deste modo, a formação proporciona preparo para enfrentar os desafios que irão vivenciar no trabalho diário, dessa forma necessita ser completa e voltada para realidade conhecida, logo, quanto mais preparado for, melhor será o serviço prestado por esses profissionais junto às comunidades. No Ceará, a Academia de Polícia Militar General Edgard Facó (APMGEF) é responsável diretamente pela formação, aperfeiçoamento e profissionalização dos oficiais da Polícia Militar do Estado (DE FRANÇA, 2019).

Atualmente, a Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (AESP/CE) é um órgão vinculado à Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará (SSPDS). Foi criada pela Lei 14.629, de 26 de fevereiro 2010, e oficialmente inaugurada no dia 18 de maio de 2011, ela é responsável pela formação inicial e continuada dos profissionais, a saber: (a) Polícia Civil; (b) Polícia Militar; (c) Perícia Forense; e (d) Corpo de Bombeiros Militar. A sua infraestrutura proporciona condições para o treinamento físico, técnico e intelectual dos agentes de segurança pública (SSPDS, 2021).

¹ Pós-graduando do Curso de Doutorado em Saúde Pública da Universidade Federal do Ceará - UFC, tamiresfeitosa18@gmail.com;

² Pós-graduando do Curso de Doutorado em Saúde Pública da Universidade Federal do Ceará - UFC, Chi_medeiros@hotmail.com;

³ Professor orientador. Curso de Fisioterapia da Universidade Federal do Ceará- UFC, lindamacena@gmail.com;

A AESP conta com reformas educacionais para a formação dos profissionais da segurança pública, propagadas pelas normativas federais de caráter regulatório, coincidem com as reformas educacionais aplicadas a todos os níveis do ensino regular brasileiro, ou seja, partem de um ponto de vista economicista, competitivo, de gestão e, portanto, não propriamente focado na questão educacional e formativa (COSTA; BARROS, 2017).

Logo, ocorreu uma mudança no modelo de formação, antes mais próximo da ideologia própria à ditadura militar, atualmente remete as novas configurações da sociedade brasileira, principalmente devido à promulgação da CF de 1988 e o fim do regime militar no país (DE LIMA, 2021). Atualmente o curso de formação compreende cidadania e adoção de atitudes de justiça, cooperação, ética e respeito à lei; bem como às técnicas necessárias ao desempenho de suas atividades profissionais; ao desenvolvimento do autoconhecimento e do sentimento de confiança em suas capacidades técnica, cognitiva, emocional, física, ética e inter-relacional (CEARÁ, 2012).

Acrescente que o desempenho da atividade policial militar impõe ao profissional controle emocional e o emprego de recursos cognitivos apurados. São situações ameaçadoras, causadoras de estresse que desequilibram emocionalmente o profissional gerando grave desgaste psicológico. A maioria dos policiais não tem compreensão precisa do que é o estresse, sendo necessário e relevante abordagem desta temática já no curso de formação, tendo em vista que no Ceará a carga horária do módulo denominado Saúde e Segurança Aplicada ao Trabalho é de 20h/a apenas (RONDON FILHO; DA SILVA, 2017).

Diante do exposto, é comum, quando se questiona o desempenho dos policiais atribuir o despreparo à má formação, visando uma mudança, destaca-se o nível de escolaridade de seus integrantes. Visto que, apesar de toda a formação para assumir o cargo, alguns permanecem em busca de mais conhecimento e se especializando como vez mais. Assim, objetiva-se conhecer o perfil dos policiais militares associado ao nível de escolaridade.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal-exploratório de abordagem quantitativa, recorte do projeto de pesquisa guarda-chuva intitulado “Violência vivida, condições de saúde e

adoecimento entre policiais civis e militares do Estado do Ceará”, vinculado ao Departamento de Fisioterapia e ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Universidade Federal do Ceará – UFC, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob parecer nº. 2.237.838.

A mostra é composta por 652 policiais militares do estado do Ceará que estavam em exercício efetivo em qualquer tipo de modalidade de policiamento. Foi utilizado um questionário eletrônico autoaplicável, enviado via *Whatsapp* aos participantes da pesquisa. Foi feito o *download*, em formato Excel, a partir da plataforma do *Survey Monkey* e analisados utilizando o *software stata*, através do módulo de meio de métodos de amostragem complexa.

Para o estudo sobre a instrução e nível de escolaridade foram quantificadas as variáveis: grau de instrução, pretensão de estudo futuro e tipo de curso de pretensão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra foi composta por 652 policiais militares do estado do Ceará, destes, ao analisar por grau de instrução, 25,6% (N=150) possuíam o ensino superior incompleto, 38,3% (N=224) tinha formação superior completa e 10,4% (N=61) especialização.

Considerando o nível superior incompleto, 45 PM's apresentavam pretensão de estudar (15,8%); sendo 31 policiais com pretensão de fazer cursos internos e externos à instituição (21,8%). Quanto ao nível superior completo, 116 PM's tinham pretensão de estudar (40,7%); também sendo cursos externos à instituição (N= 56; 44,1%). Dos que autorrelataram ter Especialização (10,4%); 25 policiais apresentavam pretensão de estudar (8,8%), sendo cursos internos e externos à instituição (N=13; 9,2%);

Assim como outras profissões, a segurança pública e a polícia militar seguiram a evolução natural de nível de instrução da sociedade brasileira, no qual o nível de escolaridade vem aumentando. Nessa perspectiva, para o ingresso na polícia militar a escolaridade mínima exigida para praças é o ensino médio completo, nesse sentido o maior percentual de PMs é com esta escolaridade, visto que os praças (alunos oficiais, suboficiais, sargentos, cabos e soldados e recrutas) são a maioria (BASILIO, 2008; COSTA,2012; FERREIRA, 2011; SILVA,2020).

Buscando ampliar a atuação do policial e melhorar a prestação do serviço à sociedade, objetivando eficácia e resolutividade das ocorrências criminais, a mudança do

nível de escolaridade passou a ser uma motivação. A maior exigência de escolaridade é uma das iniciativas mais frequentes de valorização profissional nos processos de seleção, devido as demandas e exigências que surgem na rotina dos departamentos de polícia.

De forma pessoal, a principal motivação do policial em aumentar o grau de instrução e em fazer cursos complementar está relacionada a uma estratégia de aumento de salário e promoção de cargo (BASILIO, 2008; COSTA,2012; FERREIRA, 2011; SILVA, 2020).

Nessa perspectiva, a mudança e pretensão dos policiais devem ter motivações não só relacionadas a renda, o processo de formação tanto interno como externo deve possibilitar informação, desenvolvimento de habilidade, atitudes e conceitos. Portanto, a busca pela educação não deve ser algo individual, mas também requer um estímulo dos agentes envolvidos na construção do policial e do governo.

Portanto, alerta-se que assim como qualquer outra categoria profissional o policial militar, independente do seu grau de instrução, necessita de motivações e estímulos para buscar melhorias na sua formação e educação, seja como policial, outra profissão complementar ou conhecimento próprio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, nota-se que o policiais militares do estado do Ceará estão sempre em busca de ascensão profissional, sendo dentro da própria instituição militar ou fora dela. Fato esse que qualifica todo o corpo de trabalho para exercer sua função com êxito, implicando assim em uma assistência voltada para as reais necessidades da população.

Palavras-chave: Escolaridade; Polícia; Militares.

AGRADECIMENTOS:

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

REFERÊNCIAS

BASILIO, Márcio Pereira. O desafio da formação do policial militar do estado do Rio De Janeiro: utopia ou realidade possível?. **Gestão e Sociedade**, v. 2, n. 3, 2008.

CEARÁ. **Regulamento da 1ª turma do curso de formação profissional para o candidato ao cargo de soldado pm da carreira de praças policiais militares da polícia militar do ceará (PMCE)**. 2012.

COSTA, E. B.; BARROS, A. S. A percepção da avaliação na aprendizagem na modalidade do ensino a distância dos alunos do curso de habilitação de sargentos da PMCE-CHS da AESPCe. **InFor**, 2, n. 1, p. 289-309, 2017.

COSTA, Arthur Trindade M.; MATOS, M. J. S.; SANTOS, L. M. Os novos padrões de seleção na polícia militar do Distrito Federal. **Desigualdade & Diversidade-Rer. Ciências Sociais da PUC-Rio**, v. 11, p. 115-132, 2012.

DE FRANÇA, F. G. “O SOLDADO É ALGO QUE SE FABRICA”: Notas etnográficas sobre um curso de formação policial militar. **Revista TOMO**, n. 34, p. 359-392, 2019.

DE LIMA, R. K. Republicação: Direitos civis, estado de direito e “cultura policial”: A formação policial em questão. **Revista Campo Minado-Estudos Acadêmicos em Segurança Pública**, 1, n. 1, 2021.

FERREIRA, Daniela Karina da Silva; BONFIM, Cristine; AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva. Fatores associados ao estilo de vida de policiais militares. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, p. 3403-3412, 2011.

RONDON FILHO, E. B.; DA SILVA, S. C. R. A socialização organizacional desenvolvida na polícia militar de Mato Grosso: O processo inicial e final da formação tecnológica policial da geração “Y”. **Homens do Mato-Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública**, 17, n. 2, 2017.

SSPDS. Institucional - Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará. **Secretária da Segurança Pública e Defesa Social**, Governo do Estado do Ceará, 2021.

SILVA, João Batista. Profissionalização policial-militar e a judicialização da gestão pública no Brasil: Qual a escolaridade necessária para ser um profissional de segurança?. **REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA-REBESP**, v. 13, n. 1, p. 20-32, 2020.